



**REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DE SÃO JOSÉ DO
RIO PRETO – RIOPRETOPREV
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – ESTADO DE SÃO PAULO**

**BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2016**

**RELATÓRIO DE OPINIÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

MELO & MELO AUDITORES INDEPENDENTES
Rua Capitão Souza Franco, 848 – 5º Andar – conjunto 53
Fone (41) 3029-8516 – Fone (41) 99524-1414
E-mail: meloauditor@hotmail.com - <http://www.atuarios.com.br> – 80730-420 – CURITIBA - PR



MELO & MELO AUDITORES INDEPENDENTES

RUA CAPITÃO SOUZA FRANCO, 848 - CONJUNTO 53 - Email:

meloauditor@hotmail.com - CEP 80730-430 - CURITIBA-PR

FONES (41) 3029-8516 - (41) 99524-1414

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AOS ADMINISTRADORES E CONSELHEIROS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – RIOPRETOPREV SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – RIOPRETOPREV**, que compreendem o balanço patrimonial em **31 de dezembro de 2016** e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – RIOPRETOPREV** em **31 de dezembro de 2016**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a

elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

MELO & MELO AUDITORES INDEPENDENTES

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

ÊNFASE

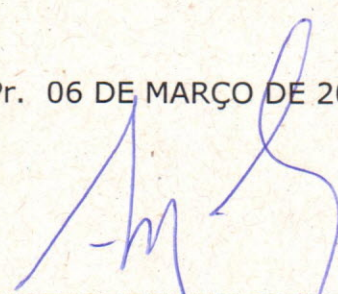
O resultado do exercício de 2016 foi superavitário em R\$- 31.085.856,23, no entanto consta do Balanço Patrimonial o resultado negativo de R\$-9.975.698,19, sendo que no exercício anterior de 2015, ocorreu um equívoco no lançamento das Provisões das Reservas Matemáticas do exercício, cuja correção ocorreu em 2016, debitando-se a conta de variações diminutivas do exercício de 2016 e não Ajustes de Exercício Anterior, como seria o correto, conforme descrito na nota explicativa nº 6.1.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins comparativos, foram anteriormente auditados por nossa empresa, cujo Relatório sobre as demonstrações contábeis, foi emitido em 08 de março de 2016, sem ressalva.

CURITIBA - Pr. 06 DE MARÇO DE 2017



MELO & MELO AUDITORES INDEPENDENTES
CTR CPR 003364/O-0 S/SP
ALFEU DE MELO
CT CRC PR 003992/O-0 S/SP

ANEXO 14

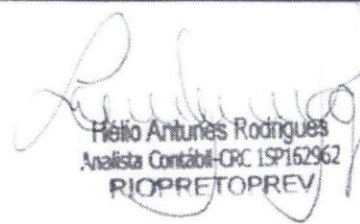
BALANÇO PATRIMONIAL

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

EM R\$.

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	Exercício Atual	Exercício Anterior	TÍTULOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	289.253.256,38	237.713.124,28	PASSIVO CIRCULANTE	753.133,92	139.086,22
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,01	38,50	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	149.705,67	120.424,47
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	0,00	133,35	Pessoal a Pagar	149.705,67	120.424,47
Outros Créditos e Valores a Curto Prazo	0,00	133,35	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	14.414,55	15.288,54
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	289.253.256,37	237.712.952,43	Demais Obrigações a Curto Prazo	589.013,70	3.373,54
Títulos e Valores Mobiliários	289.253.256,37	241.212.952,43			
(-) Ajuste para Perdas	0,00	3.500.000,00			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	49.762.404,93	48.750.203,31	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	329.350.647,26	267.247.903,59
Investimentos	49.593.740,59	48.379.975,85	Provisões a Longo Prazo	327.320.080,60	248.531.412,36
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	49.593.740,59	48.379.975,85	Demais Obrigações a Longo Prazo	2.030.566,66	18.716.491,23
Aplicação em Segmento de Imóveis	49.593.740,59	48.379.975,85			
Imobilizado	168.664,34	370.227,46			
Bens Móveis	185.978,00	370.227,46			
(-) Depreciação	21.313,66	0,00			
TOTAL	339.015.661,31	286.463.327,59	TOTAL DO PASSIVO	330.103.781,18	267.386.989,81
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	-608.740.862,62	608.740.862,62
			Resultados Acumulados	617.652.742,75	609.476.441,41
			Resultado do Exercício	9.975.698,19	
			Resultado deste exercício	31.085.856,23	18.340.758,99
			(-) Ajustes de Exercícios Anteriores considerados de 2016	41.061.554,42	0,00
			Resultado de Exercícios Anteriores	627.817.200,40	609.476.441,41
			(-) Ajustes de Exercícios Anteriores	188.759,46	
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.911.880,13	735.578,79
			TOTAL	339.015.661,31	268.122.568,60

ATIVO FINANCEIRO	289.253.256,38	237.713.124,28	PASSIVO FINANCEIRO	753.133,92	139.086,22
ATIVO PERMANENTE	49.762.404,93	48.750.203,31	PASSIVO PERMANENTE	329.350.647,26	267.247.903,59
SALDO PATRIMONIAL	0,00	0,00	SALDO PATRIMONIAL	8.911.880,13	19.076.337,78


Hélio Antunes Rodrigues
 Analista Contábil-CRC 1SP162962
 RIOPRETOPREV

Balanco Financeiro

Exercício de 2016

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	92.479.345,25	82.418.073,72	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	84.440.618,76	76.136.345,49
Recursos Próprios Da Administração Indireta	92.479.345,25	82.418.073,72	Recursos Próprios Da Administração Indireta	84.440.618,76	76.136.345,49
(-)Deduções da Receita	0,00	0,00			
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
Recebimentos Extra-Orçamentários	63.765.793,87	44.594.510,12	Pagamentos Extra-Orçamentários	23.764.254,91	25.214.401,52
Saldo em Espécie do Período Anterior	38,50	120.790,35	Saldo em Espécie para o Período Seguinte	0,01	38,50
Aplicações Financeiras RPPS Período Anterior	241.212.952,43	215.430.363,75	Aplicações Financeiras RPPS Período Seguinte	289.253.256,37	241.212.952,43
TOTAL	397.458.130,05	342.563.737,94	TOTAL	397.458.130,05	342.563.737,94

Anexo 12

Balço Orçamentário

Exercício de 2016

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c = b - a)
RECEITAS CORRENTES	103.439.400,00	103.439.400,00	92.479.345,25	-10.960.054,75
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	101.467.000,00	101.467.000,00	89.826.630,98	-11.640.369,02
Contribuições Sociais	101.467.000,00	101.467.000,00	89.826.630,98	-11.640.369,02
RECEITA PATRIMONIAL	283.000,00	283.000,00	126.383,62	-156.616,38
Receitas De Valores Mobiliários	283.000,00	283.000,00	126.383,62	-156.616,38
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.689.400,00	1.689.400,00	2.526.330,65	836.930,65
Multas E Juros De Mora	110.000,00	110.000,00	0,00	-110.000,00
Indenizações E Restituições	1.575.000,00	1.575.000,00	2.521.337,34	946.337,34
Receitas Correntes Diversas	4.400,00	4.400,00	4.993,31	593,31
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	103.439.400,00	103.439.400,00	92.479.345,25	-10.960.054,75
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO (III) = (I+II)	103.439.400,00	103.439.400,00	92.479.345,25	-10.960.054,75
DÉFICIT (IV)		45.000,00		
TOTAL (V) = (III + IV)	103.439.400,00	103.484.400,00	92.479.345,25	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADO PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	45.000,00			
Superávit Financeiro	45.000,00			
Reabertura de créditos adicionais	0,00			

Anexo 12

Balanco Orçamentário

Exercício de 2016

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i = e - f)
DESPESAS CORRENTES	95.868.200,00	95.913.200,00	84.432.108,76	84.341.128,29	84.317.699,21	11.481.091,24
Pessoal E Encargos Sociais	93.584.000,00	93.599.000,00	82.773.607,30	82.706.839,74	82.697.825,21	10.825.392,70
Outras Despesas Correntes	2.284.200,00	2.314.200,00	1.658.501,46	1.634.288,55	1.619.874,00	655.698,54
DESPESAS DE CAPITAL	30.000,00	30.000,00	8.510,00	8.510,00	8.510,00	21.490,00
Investimentos	30.000,00	30.000,00	8.510,00	8.510,00	8.510,00	21.490,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.541.200,00	7.541.200,00	0,00	0,00	0,00	7.541.200,00
Reserva De Contingencia	7.541.200,00	7.541.200,00	0,00	0,00	0,00	7.541.200,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	103.439.400,00	103.484.400,00	84.440.618,76	84.349.638,29	84.326.209,21	19.043.781,24
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI) + (VII)	103.439.400,00	103.484.400,00	84.440.618,76	84.349.638,29	84.326.209,21	19.043.781,24
SUPERÁVIT (IX)			8.038.726,49			
TOTAL (X) = (VIII + IX)	103.439.400,00	103.484.400,00	92.479.345,25	84.349.638,29	84.326.209,21	

ANEXO 15

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2016

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	401.062.383,22	374.824.536,62	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	411.038.081,41	356.483.777,63
CONTRIBUIÇÕES	89.826.630,98	81.390.333,14	PESSOAL E ENCARGOS	2.133.255,57	2.153.608,01
Contribuições Sociais	89.826.630,98	81.390.333,14	Remuneração A Pessoal	1.804.498,17	1.593.852,84
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	48.590.690,36	30.891.619,42	Encargos Patronais	252.717,96	234.531,24
Juros E Encargos De Mora	0,00	12,33	Outras Variações Patrimoniais Diminutivas e Pessoal E Encargos	76.039,44	325.223,93
Remuneração De Depósitos Bancários E Aplicações Financeiras	48.590.690,36	30.891.607,09	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	80.593.850,84	72.461.983,75
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	240.644.525,31	Aposentadorias E Reformas	66.521.377,74	58.055.301,95
Transferências Intra Governamentais	0,00	240.644.525,31	Pensões	8.400.264,18	7.826.828,61
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	1.213.764,74	5.911.644,24	Outros Benefícios Previdenciários E Assistenciais	5.672.208,92	6.579.853,19
Reavaliação De Ativos	1.213.764,74	5.911.644,24	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	746.931,59	709.096,66
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	261.431.297,14	15.986.414,51	Uso De Material De Consumo	45.975,21	47.738,23
Reversão De Provisões E Ajustes De Perdas	242.219.041,92	0,00	Serviços	679.642,72	661.358,43
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	19.212.255,22	15.986.414,51	Depreciação, Amortização E Exaustão	21.313,66	0,00
			TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	268.936.820,80
			Transferências Intragovernamentais	0,00	268.936.820,80
			DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	9.119.529,43	11.367.605,07
			Reavaliação, Redução A Valor Recuperável E Ajuste Para Perdas	9.119.529,43	11.367.605,07
			TRIBUTARIAS	936.803,82	854.663,34
			Contribuições	936.803,82	854.663,34
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	317.507.710,16	0,00
			Vpd De Constituição De Provisões	317.507.710,16	0,00

Resultado Patrimonial do Período: -9.975.698,19 18.340.758,99

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Incorporação de ativo	8.510,00	0,00
Desincorporação de passivo	0,00	0,00
Incorporação de passivo	0,00	0,00
Desincorporação de ativo	0,00	0,00

Fluxo de Caixa

Exercício de 2016

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	Exercício Atual	Exercício Anterior
INGRESSOS (I=II+III+IV+V)	95.005.675,90	324.252.342,34
RECEITAS DERIVADAS (II)	92.352.961,63	82.256.070,99
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	89.826.630,98	81.390.333,14
Outras Receitas Derivadas	2.526.330,65	865.737,85
RECEITAS ORIGINÁRIAS (III)	2.652.714,27	1.351.746,04
Receita Patrimonial	-126.383,62	162.002,73
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Originárias	2.526.330,65	865.737,85
Remuneração das Disponibilidades	252.767,24	324.005,46
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS (IV)	0,00	0,00
da União	0,00	0,00
dos Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
dos Municípios	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS (V)	0,00	240.644.525,31
Transferências Financeiras	0,00	240.644.525,31
Outras Transferências	0,00	0,00
DESEMBOLSOS (VI=VII+VIII+IX+X)	84.221.400,39	-203.089.973,47
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO (VII)	84.221.400,39	76.044.486,08
Legislativa	0,00	0,00
Judiciária	0,00	0,00
Previdência Social	80.593.850,84	72.462.780,18
Administração	3.627.549,55	3.581.705,90
Defesa Nacional	0,00	0,00
Segurança Pública	0,00	0,00
Relações Exteriores	0,00	0,00
Assistência Social	0,00	0,00
Saúde	0,00	0,00
Trabalho	0,00	0,00
Educação	0,00	0,00
Habitação	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (VIII)	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS (IX)	0,00	0,00
a União	0,00	0,00
a Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
a Municípios	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS (X)	0,00	-279.134.459,55
Transferências Financeiras	0,00	-268.936.820,80
Outras Transferências	0,00	-10.197.638,75
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES (XI=I-VI)	10.784.275,51	527.342.315,81

Fluxo de Caixa

Exercício de 2016

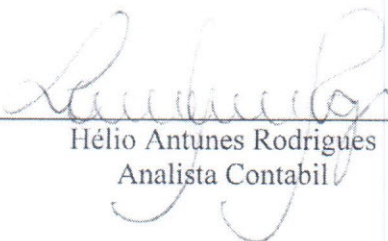
	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS (XII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
DESEMBOLSOS (XIII)	8.510,00	0,00
Aquisição de Ativo não Circulante	8.510,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (XIV=XII-XIII)	-8.510,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS (XV)	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00
DESEMBOLSOS (XVI)	0,00	0,00
Amortização / Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA LÍQ DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (XVII=XV-XVI)	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (XVIII=XI+XIV+XVII)	10.775.765,51	527.342.315,81
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL (XIX)	38,50	38,50
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL (XX=XVIII+XIX)	10.775.804,01	527.342.354,31



APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2016

RECEITAS		
Receitas de Contribuição	89.826.630,98	
Receitas de Comprev	2.457.878,25	+92.284.509,23
VARIAÇÕES AUMENTATIVAS		
Valorização das cotas de fundos de investimentos	48.590.690,36	
(-) Desvalorização das cotas de fundos de investimentos	-9.119.529,43	
Reavaliação dos Imóveis	1.213.764,74	
Contribuição Previdenciária Suplementar	16.754.376,97	
Reversão de Provisão para Perdas	3.500.000,00	+60.939.302,64
VARIAÇÕES DIMINUTIVAS		
Despesas com o Pessoal	1.880.537,61	
Encargos Sociais	252.717,96	
Aposentadorias	66.521.377,74	
Pensões	8.400.264,18	
Outros Benefícios (Aux.Doença, Salário Maternidade e outros)	5.672.208,92	
Despesas Administrativas	746.931,59	
Despesas Tributárias	936.803,82	
Reservas Matemáticas - Deficit	37.727.113,82	-122.137.955,64
RESULTADO DO EXERCÍCIO 2016		31.085.856,23
Ajustes de Exercícios Anteriores (Reservas Matemáticas)	41.061.554,42	-163.199.510,06
RESULTADO DO EXERCÍCIO COM AJUSTES DE EXERC. ANTERIORES		-9.975.698,19

São José do Rio Preto, 20 de fevereiro de 2017.


Hélio Antunes Rodrigues
Analista Contábil



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO –ESTADO DE SÃO PAULO – RIOPRETOPREV, ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Criado pela Municipal de nº 139 de 28/12/2001, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 197/04; nº 203/05; nº 216/05 e nº 364/12.

De conformidade com a legislação mencionada são Órgãos de entidade:

Conselho Municipal de Previdência
Conselho Fiscal
Superintendência

1 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis e financeiras foram elaboradas de conformidade com a Lei 6404/76, Lei 4.320/64, Lei 12.101/09 e Decreto nº 8.242 de 23/05/2014, obedecendo aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos, editados pelo Conselho Federal de Contabilidade, com utilização do PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e DCASP – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.

1.1 – Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras com vencimento futuro, tiveram seus rendimentos apropriados pelo regime de competência, apurados para o exercício em curso

2 – ATIVO CIRCULANTE

2.1 - Tesouraria

A entidade trata devidamente dos seus registros, possuindo cópias dos mesmos, para recuperação em caso de eventual sinistro.

Todos os documentos da Tesouraria foram arquivados corretamente, sendo que existem comprovantes do fornecimento do material/ou serviço, documento fiscal e outros, sendo fácil a comprovação da sua legalidade.

2.2 – Caixa

A entidade não possui valor mínimo em caixa, sendo que a sua movimentação financeira é feita por meios bancários.



2.3 - Bancos conta movimento

A movimentação financeira da entidade é feita por meios bancários em conta do Banco do Brasil S/A – (Agência 57-4 conta 20242-8) e na Caixa econômica Federal (Agencia 0631 – conta 006 - 440-5) com aplicação e resgates automáticos no Fundo Caixa Brasil Disponibilidades.

Instituição Bancária	Saldo em 31/12/2015
Banco do Brasil S/A – C/C –	0,01
Total	0,01*

* valor mantido em para manutenção da conta em atividade

2.4 – Investimentos

Os Investimentos totalizam R\$.338,846,996,96 que estão divididos em aplicações em Fundos e Imóveis

FUNDOS

O valor aplicado em fundos é de R\$.289.253.256,37, investidos da seguinte forma:

Instituição Financeira	Saldo em 31/12/2016
BANCO DO BRASIL S/A – conta 20242-8	66.111.160,33
BANCO DO BRASIL S/A – C/ 66360-3 - PROJETO PREPARE-SE	170,05
BANCO SANTANDER BRASIL S/A- conta 2-4	6.842.683,48
CAIXA ECONOMICA FEDERAL – conta 440-5	132.271.842,97
CAIXA ECONOMICA FEDERAL – conta 669-6 - COMPREV	13.001.352,45
CAIXA ECONOMICA FEDERAL conta 3360-9 - FUNDO GERAÇÃO FI AÇÕES	1.598.031,20
BANCO BRADESCO S/A – conta 45100-2	43.533.126,85
BANCO BRADESCO – conta 2932-7 - GERACAO FUTURO GF DIVIDENDOS FIA S/A	2.276.319,90
BANCO BRADESCO S/A – conta 586280-9 - XP INVESTOR FIA	1.993.760,47
BANCO BRADESCO S/A – conta 3332-4 – FUNDO GF JURO REAL	797.393,89
BANCO BRADESCO – conta 2930-0 - FUNDO GF SELEÇÃO FI AÇÕES	1.690.508,13
BANCO BRADESCO S/A – C/ 651919-9 - XP DIVIDENDOS FIA	1.350.165,81
BANCO SAFRA S/A – CONTA 5657-4	6.461.525,70
BANCO CITIBANK – Conta 3484559-3 - FUNDO WESTERN ASSET US INDEX 500 FI MUL	11.325.215,14
TOTAL DOS INVESTIMENTOS EM FUNDOS	289.253.256,37

IMÓVEIS

Os imóveis existentes em 31 de dezembro de 2016 foram reavaliados conforme determina a legislação vigente, conforme mencionado no quadro abaixo.

Tipo de Bem	Valor em 31/12/2015	Reavaliação no exercício	Valor Incorporado em 2016	Valor final 2016
IMÓVEIS	48.379.975,85	1.213.764,74	0,00	49.593.740,58



TOTAL DOS INVESTIMENTOS 338.846.996,96

3 - ATIVO PERMANENTE
3.1 – Bens Patrimoniais

Os bens patrimoniais foram contabilizados pelo seu valor de aquisição, sendo que a entidade procedeu sua atualização a valor corrente e a devida depreciação.

Tipo de Bem	Valor em 31/12/2015	Valor Incorporado em 2016	Depreciação e Reavaliação em 2016	Valor final 2016
MÓVEIS	370.227,46	8.510,00	188.759,46	189.978,00

4 – PASSIVO CIRCULANTE
4.1 – Obrigações trabalhistas/ Previdenciárias/ Assistenciais

O valor de R\$. 149.705,67, constante da presente conta, refere-se a provisão de férias e verbas rescisórias de servidores da RIOPRETOPREV somados a salários e 13º salário de servidora requisitada junto a administração municipal, exigíveis no exercício de 2017.

4.2 – Demais Obrigações a Curto Prazo

As obrigações a curto prazo, todas com vencimento no exercício de 2017, são as seguintes:

Restos a Pagar R\$. 14.414,55

Consignações a Repassar (IRRF) R\$. 589.013,70

5 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE
5.1 – Provisões a Longo Prazo

O valor de R\$. 327.320.080,60 constante da presente conta, trata-se do resultado das Reservas Matemáticas a longo prazo, cujos índices são obtidos por meio da avaliação atuarial anual.

Plano Previdenciário – Provisão de Benefícios Concedidos	761.310.853,01
Aposentadorias/pensões/outros benefícios concedidos do Plano Previdenciário	795.036.397,28
Contribuições do Aposentado para o Plano Previdenciário	(23.934.298,92)
Contribuições dos Pensionistas para o Plano Previdenciário	(807.334,06)
Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário	(8.983.911,02)
Plano Previdenciário – Provisões de Benefícios a Conceder	774.770.472,94
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a conceder do Plano Previdenciário	1.308.673.477,39
Contribuições do Ente para o Plano de Previdência	(318.043.792,89)
Contribuições do Ativo para o Plano Previdenciário	(201.071.201,27)
Compensação Previdenciária do Plano previdenciário	(14.788.010,29)
Plano Previdenciário – Plano de Amortização	(1.208.761.245,35)
SALDO	327.320.080,50



5.2 – Demais Obrigações a Longo Prazo

O valor de R\$. 2.030.566,66 constante da presente conta, trata-se do saldo das obrigações da autarquia em quitar as contribuições suplementares futuras, por conta do adiantamento oferecido pelo Ente Municipal através da transferência dos imóveis constantes na conta de Investimentos no valor de R\$. 42.468.331,61, tudo em conformidade com a Lei Complementar 396 de 22/11/2013, e Lei Complementar nº 483 de 28/11/2015.

6 – PATRIMONIO

TÍTULO	2016	2015
Patrimonio Liquido	8.911.880,13	19.076.337,78
Patrimônio Social e Capital Social	(608.740.862,62)	(608.740.862,62)
Resultados Acumulados	617.652.742,75	627.817.200,40
Resultado do Exercício	-9.975.698,19	18.340.758,99
Resultado de exercícios anteriores	627.817.200,40	609.476.441,41
Ajustes de Exercícios Anteriores	-188.759,46	0,00

6.1 – Resultado do Exercício

O resultado do exercício de 2016 foi superavitário em R\$.31.085.856,23, consta no Balanço Patrimonial valor negativo de R\$.9.975.698,19, esta figuração equivocada no Balanço se deve a erro ocorrido nos lançamentos das Provisões das Reservas Matemáticas do exercício anterior (2015) que foram corrigidas em 2016, porém, ao lançar tal correção, debitou-se a conta de variações diminutivas do exercício de 2016 e não em Ajustes de Exercício Anterior como se deveria.

7 - RECEITAS DE COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

As receitas são creditadas em conta bancária própria, e foram aplicadas em Fundo de Investimento vinculado, para utilização futura do pagamento de benefícios, de acordo como que determina o artigo 21, parágrafo único da ON SP/MPS 02/09. Em 31/12/2015 o fundo contava com saldo acumulado de R\$.8.362.511,35

8 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Os gastos administrativos, limitados a 2%, em 2016 representaram 0,98% do valor total das remunerações dos servidores ativos, proventos dos inativos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativos ao exercício anterior ao examinado, conforme inciso VIII, art. 6º da Lei nº 9.717/98 e artigo 41 e seus incisos da ON SPS 02/09.





Exercícios	2013	2014	2015	2016
Remuneração	255.948.444,41	297.149.143,43	342.268.190,64	381.763.552,76
Despesas administrativas	2.182.292,22	3.298.672,44	3.625.127,68	3.750.469,10
Percentual	0,93%	1,11%	1,06	0,98

9 - ENCARGOS SOCIAIS

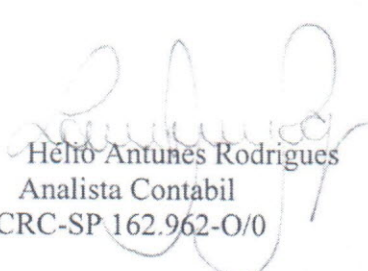
Todos os encargos sociais da entidade, foram recolhidos nos respectivos vencimentos, inexistindo qualquer valor pendente de pagamento, ou pagamentos após o vencimento da obrigação.

10 - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE

Os valores retidos na fonte, correspondente ao imposto de renda sobre vencimentos, serviços e outros, são recolhidos mensalmente aos cofres do município, atendendo normas da Constituição Federal, artigo 158;

11 - PASEP

O valor do PASEP calculado na forma da legislação vigente, é recolhido mensalmente à Secretaria da Receita Federal, sendo que todos os valores devidos foram recolhidos nos prazos fixados em lei, inexistindo qualquer tipo de pendencia.



Hélio Antunes Rodrigues
Analista Contabil
CRC-SP 162.962-O/0



MELO & MELO AUDITORES INDEPENDENTES
RUA CAPITÃO SOUZA FRANCO, 848 - CONJUNTO 53 - E-mail:
meloauditor@hotmail.com - CEP 80730-430 - CURITIBA-PR
FONES (41) 3029-8516 - (41) 9524-1414

CURITIBA-PR, 06 DE MARÇO DE 2017

**AOS ADMINISTRADORES DO
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO –
RIOPRETOPREV
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SP**

Prezados senhores:

Estamos encaminhando **RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ENTIDADE, CORRESPONDENTE AO EXERCÍCIO DE 2016**, em atendimento ao constante do nosso contrato de prestação de serviços de auditoria independente, sendo o relatório de circulação interna, por sua própria natureza.

Esclarecemos que o competente **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**, em atendimento às normas contábeis vigentes, emitido na mesma data, será o documento a ser divulgado, juntamente com as peças contábeis elaboradas pela administração.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

MELO & MELO AUDITORES INDEPENDENTES

Os procedimentos de auditoria são o conjunto de técnicas que permitem ao auditor obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião, sobre as demonstrações contábeis auditadas e abrangem testes de observância e testes substantivos, e foram observados os princípios das normas brasileiras de contabilidade e normas de auditoria independente das demonstrações contábeis.

Os testes de observância visam à obtenção de uma razoável segurança de que os procedimentos de controle interno, estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento por parte dos funcionários da entidade.

Os testes substantivos visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelo sistema contábil da entidade, e, foram divididos em testes de transações e saldos e procedimentos de revisão analítica.

Os procedimentos de auditoria foram realizados através de provas seletivas, testes e amostragens, em razão da complexidade e volume das operações, na amplitude que julgamos necessário nas circunstâncias.

Na aplicação dos testes de observância, efetuamos diversas verificações e conferências, com os cálculos que julgamos necessários, para comprovar as operações.

Na aplicação dos testes substantivos, foi possível comprovar que os direitos e obrigações constantes do balanço patrimonial, encontravam-se exatos na data do encerramento do balanço, as transações efetuadas foram devidamente registradas, sendo que os registros não apresentavam qualquer irregularidade, além do cumprimento das Normas Técnicas de Contabilidade e da legislação pertinente.

Quando da aplicação dos procedimentos de revisão analítica, foi possível comprovar que os procedimentos contábeis da entidade, são confiáveis, funcionando perfeitamente os seus controles internos, sem nenhuma ressalva.

Após todos os testes e estudos efetuados, podemos afirmar que os controles internos da entidade estão em perfeita ordem contábil e legal, sendo desnecessária qualquer ressalva.

Entendemos também, que todas as normas legais em vigor, foram devidamente atendidas durante o exercício auditado, em seus aspectos legais e regulamentares.

1 - INDEPENDENCIA DO AUDITOR

Informamos que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e a inexistência de eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, em cumprimento das normas contábeis vigentes.

Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

2 - REGISTRO NA CVM

Nossa empresa possui registro na CVM – Comissão de Valores Mobiliários, conforme Ato Declaratório nº 7474, e cadastro CVM nº 2275.

Para conferir a regularidade da empresa acessar:

www.cvm.gov.br

Informação de Regulados

Cadastro Geral CVM

Cadastro Geral Regulados

Nome ou CNPJ da empresa de auditoria

MELO & MELO AUDITORES INDEPENDENTES**1 – ATENDIMENTO NORMAS DO MPAS**

A entidade deve cumprir normas determinadas pelo MPAS, para os regimes próprios de previdência.

As exigências e controles são inúmeros, e demandam grande trabalho a ser desenvolvido pelas entidades obrigadas ao cumprimento da legislação.

As informações enviadas abrangem praticamente todas as áreas de atividade da entidade, e devem ser cumpridas em prazos determinados para cada uma delas, sob pena de suspensão da emissão do CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária.

Para se ter uma ideia da quantidade de informações, pode-se afirmar que representam mais de 30 itens.

Entendemos que a entidade foi eficiente ao máximo, no atendimento das normas e obrigações, uma vez que é raro uma entidade que tenha cumprido todos os itens sem exceção.

2 – AVALIAÇÃO ATUARIAL

A avaliação atuarial do plano de previdência dos servidores municipais, tem sido feita regularmente, uma vez ao ano, conforme exigência legal, sendo que os resultados encontrados, foram contabilizados nas contas respectivas.

A última avaliação atuarial contabilizada foi realizada em 31 de dezembro de 2016, utilizando dados de 30 de novembro de 2015.

O Déficit Técnico Atuarial apontado na Avaliação Atuarial de 31/12/2015, devidamente contabilizada, foi equacionado com os seguintes prazos, conforme lei.

Atualmente o déficit atuarial apurado no levantamento atuarial realizado em março de 2016, esta sendo equacionado conforme o seguinte:

Lei nº 396 de 22 de novembro de 2013, onde estão dispostas as seguintes alíquotas:

EXERCÍCIOS	ALÍQUOTA
2017	11,79%
2018	17,79%
2019	22,79%
2020	27,79%
2021	32,79%
De 2022 a 2047	40,16%

Nos primeiros meses de 2017, estará concluída a nova avaliação atuarial, com os dados do exercício de 2016, quando será necessário novamente alterar as alíquotas projetadas.

3 - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS RELATIVOS AO FLUXO FINANCEIRO DE INVESTIMENTOS REALIZADOS NO MERCADO FINANCEIRO

Os procedimentos contábeis, com relação aos fluxos financeiros de investimentos realizados no mercado financeiro, são confiáveis e representam adequadamente a movimentação ocorrida.

Todos os procedimentos são fundamentados em documentação e informações hábeis, sem nenhuma espécie de ressalva.

4 - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS RELATIVOS AOS REGISTROS DAS RESERVAS MATEMÁTICAS APURADAS NO CALCULO ATUARIAL

Os valores das reservas matemáticas foram obtidos a partir dos estudos atuariais, assinados por Atuário, devidamente registrado no IBA- Instituto Brasileiro de Atuária, estando com sua situação regular perante o órgão.

Os procedimentos contábeis foram efetuados de conformidade com as normas contábeis vigentes, e determinações do Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS, e constam de seus registros.

5 – CONTROLES INTERNOS

A entidade possui um corpo de funcionários envolvidos com o cumprimento de suas obrigações funcionais, agindo em defesa da entidade.

Todo o procedimento quer sejam de atendimento ao público em geral, quer seja no setor de compras e licitações, é procedido das medidas exigíveis pela legislação e que atendem aos interesses da entidade.

Os pagamentos somente são efetuados, no estrito cumprimento da legislação, principalmente quanto às autorizações, empenho prévio, documento hábil, liquidação do empenho e o pagamento por tesouraria.

Os pagamentos são efetuados em sua quase totalidade, por meio de entidades bancárias, o que garante uma maior segurança.

O fluxo de documentos e informações segue andamento normal, no atendimento da legislação vigente.

Entendemos que os controles internos são eficientes e não necessitam nenhum reparo.

6 - ROTINAS ADMINISTRATIVAS INTERNAS E REGISTROS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis e financeiras foram elaboradas de conformidade com a Lei 6404/76, Lei 4.320/64, Lei 12.101/09 e Decreto nº 8.242 de 23/05/2014, obedecendo aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos, editados pelo Conselho Federal de Contabilidade, com utilização do PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e DCASP – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.

Os procedimentos administrativos internos, seguem rotina normal de trabalho, com a confecção, autorização e contabilidade normal das obrigações e direitos da entidade.

Considerando a eficiência dos registros contábeis e sua comprovação documental, nenhuma modificação precisa ser implantada no momento.

Estamos convictos da eficácia do sistema de controle interno nas áreas de contabilidade e Tesouraria, sendo que os testes efetuados nos registros, não apontam nenhuma deficiência.

7 - CUMPRIMENTO DOS ASPECTOS LEGAIS E REGULAMENTARES APLICÁVEIS

A entidade obedece a vários instrumentos legais, sendo de se destacar a legislação própria da mesma, e as leis municipais, estaduais e federais, relativas às entidades públicas.

A contabilização cumpre rigorosamente o orçamento aprovado, sendo sua execução acompanhada permanentemente e mantido seus registros em perfeita ordem.

MELO & MELO AUDITORES INDEPENDENTES

Documentação comprobatória existente nos arquivos e em demonstrações que foram solicitadas pela contratada, compreendendo balanço patrimonial, balanço financeiro, balanço orçamentário e demonstração das variações patrimoniais do período, relativas ao fluxo administrativo, contábil e operacional dos processos de trabalho.

Tivemos facilidade de acesso a todos os documentos e arquivos da entidade, sem nenhum tipo de restrição.

Os documentos que embasam seus registros contábeis foram encontrados em ordem e estão se conformidade com a legislação.

A análise geral das peças contábeis não localizou nenhuma inconsistência ou irregularidade, sendo objeto da emissão à parte do nosso relatório de opinião sobre as mesmas.

8 - VERIFICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS RELATIVOS AO FLUXO FINANCEIRO DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS NO MERCADO FINANCEIRO

Os registros contábeis são eficientes e atendem às necessidades da entidade.

Todo o fluxo financeiro é devidamente registrado, com documentos das entidades envolvidas, conferências e valores, lançamentos, etc.

Notamos alguma deficiência no processamento de dados, levando em contas as informações que os setores competentes, necessitam para tomadas de decisões imediatas.

Entendemos que a empresa contratada para a sua execução, tenha condições para melhorar o sistema de informação, inclusive no fornecimento de informações mais precisas e rápidas.

9 - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Verificamos que todos os procedimentos contábeis, necessários e indispensáveis para o encerramento do exercício, foram tomados com a antecedência necessária, sendo que estão amparados em procedimentos e documentos hábeis.

10 - ORDEM CRONOLOGICA DE PAGAMENTOS

Foi possível observar que a entidade vem atendendo corretamente, a ordem cronológica para pagamentos de empenhos.

Desta maneira as normas em vigor, estão sendo cumpridas rigorosamente, comprovando que a entidade vem cumprindo suas obrigações.

11 - COMPRAS – LICITAÇÕES – DISPENSAS

A entidade tem tomado todo cuidado no cumprimento da legislação vigente, sendo que foi possível conferir todas as licitações realizadas no exercício de 2016, sendo que não constatamos nenhuma deficiência ou irregularidade.

Todos os conceitos constantes da legislação foram devidamente atendidos.

As compras de pequeno valor (dispensa) foram precedidas de processo administrativo, com consulta de preços, identificação dos interessados, documentação e outros elementos, contendo parecer dos setores competentes.

Apesar de ser um procedimento burocrático, atende aos interesses da entidade, dando segurança de que as compras precedidas de consultas de preços, estão dentro dos parâmetros praticados no mercado.

MELO & MELO AUDITORES INDEPENDENTES

Efetuamos testes com alguns produtos adquiridos em 2016, sendo que não notamos nenhuma irregularidade, tendo sido obtido os melhores preços praticados no mercado.

12 - LIVROS E REGISTROS

Efetuamos diversos testes por amostragem, quando foi possível verificar que os investimentos estão sendo corretamente contabilizados, nos livros exigidos pela legislação, comparativamente com os documentos hábeis fornecidos pela instituição financeira.

No final de cada mês e também no final do exercício de 2016, foi procedida a conciliação de contas, as quais estão em ordem e constam dos relatórios emitidos e assinados pelo departamento competente.

Todos os investimentos realizados no exercício, independentemente de sua natureza, foram devidamente registrados no Balanço Patrimonial.

13 - DOCUMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Todos os documentos que compõem a base dos investimentos estão arquivados em boa ordem e fáceis de serem consultados.

Os valores constantes dos diversos documentos, foram devidamente contabilizados nas contas correspondentes.

14 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS

Revisamos por amostragem, os procedimentos adotados para a concessão de aposentadoria, em suas várias modalidades (tempo de contribuição, compulsória, invalidez, idade, etc.)

Foi possível comprovar que a entidade tem tomado todo o cuidado, para elaborar processo administrativo, contendo toda a documentação exigida pela legislação, além de parecer técnicos e jurídicos.

O processo é iniciado com o pedido, devidamente protocolado no órgão, em seguida autuado e numerado, passando a receber todos os documentos necessários.

Após a concessão do benefício os documentos são encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado, para a devida homologação.

Os nossos exames não detectaram nenhuma irregularidade ou ilegalidade, ou falta de documento ou parecer.

Todo o processo adotado é muito bem elaborado e devidamente arquivado para consultas e conferências.

15 – ATUALIZAÇÃO CADASTRAL

A entidade vem mantendo rigoroso controle cadastral dos aposentados e pensionistas, com atualização cadastral periódica, e também quando necessitam de algum atendimento.

Em maio de 2016 foram efetuados recadastramento e atualização das fichas cadastrais dos aposentados, sendo que foram convocados todos os 1070 aposentados, com o comparecimento de 100%, mantendo-se assim os registros atualizados.

Desta maneira, confirmamos que os registros e cadastros dos servidores aposentados e dos pensionistas, estão atualizados e conferidos, conforme consta dos arquivos e registros internos.



MELO & MELO AUDITORES INDEPENDENTES**16 – INVESTIMENTOS**

Em 31 de dezembro de 2016 os valores dos investimentos e aplicações de curto prazo somavam o valor de R\$- 289.253.256,37, sendo que os valores foram atualizados pelo regime de competência, conferidos e encontrados em ordem.

17 – PROVISÕES A LONGO PRAZO

Trata-se do resultado das Provisões a Longo Prazo, cujos índices são obtidos por meio da avaliação atuarial anual.

	2016	2015
Plano Previdenciário – Provisão de Benefícios Recebidos	761.310.853,01	646.499.063,17
Aposentadorias/pensões/outros benefícios concedidos do Plano Previdenciário	799.036.397,28	683.379.257,35
Contribuições do Aposentado para o Plano Previdenciário	(23.934.298,92)	(20.651.082,33)
Contribuições dos Pensionistas para o Plano Previdenciário	(807.334,06)	(1.481.857,36)
Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário	(8.983.911,29)	(8.747.254,49)
Plano Previdenciário – Provisões de Benefícios a Conceder	774.770.472,94	642.720.091,27
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a conceder do Plano Previdenciário	1.308.673.477,39	1.106.214.213,87
Contribuições do Ente para o Plano de Previdência	(319.043.792,89)	(280.852.685,80)
Contribuições do Ativo para o Plano Previdenciário	(201.071.201,27)	(158.481.894,86)
Compensação Previdenciária do Plano previdenciário	(14.788.010,29)	(14.159.541,94)
Plano Previdenciário – Plano de Amortização	1.208.761.245,35	(1.040.687.742,08)
SALDO	327.320.080,60	248.531.412,36

18 – DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO

	31/12/2016	31/12/2015
	2.030.566,66	18.716.491,23

Trata-se do saldo das obrigações da autarquia em quitar as contribuições suplementares futuras, por conta do adiantamento oferecido pelo Ente Municipal através da transferência dos imóveis constantes na conta de Investimentos no valor de R\$. 48.379.975,85, tudo em conformidade com a Lei Complementar 396 de 22/11/2013, e Lei Complementar nº 483 de 28/11/2015.

19 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS

R\$-149.705,67 correspondente às obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais em 31 de dezembro de 2016, cujos valores são devidos a partir de janeiro de 2017.

Testes efetuados nas diversas contas, comprovam que não existe nenhum valor vencido e pendente de pagamento.

20 - FORNECEDORES, CONTAS A PAGAR, OUTRAS OBRIGAÇÕES

R\$ - 14.414,55 – Representa o crédito de fornecedores diversos e outras obrigações, cujo vencimento se dará no exercício de 2017.

Testes efetuados nas contas, comprovam que inexistente qualquer compromisso vencido e pendente de pagamento.

21 - OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

R\$- 589.013,70 – Os valores foram conferidos, com a documentação existente e estão em ordem.

MELO & MELO AUDITORES INDEPENDENTES**22 – RESULTADO DO EXERCÍCIO**

O resultado do exercício de 2016 foi superavitário em R\$- 31.085.856,23, no entanto consta do Balanço Patrimonial o resultado negativo de R\$-9.975.698,19, sendo que no exercício anterior de 2015, ocorreu um equívoco no lançamento das Provisões das Reservas Matemáticas do exercício, cuja correção ocorreu em 2016, debitando-se a conta de variações diminutivas do exercício de 2016 e não Ajustes de Exercício Anterior, como seria o correto, conforme descrito na nota explicativa nº 6.1.

23 - RECEITAS DE COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

As receitas são creditadas em conta bancária própria, e foram aplicadas em Fundo de Investimento vinculado, para utilização futura do pagamento de benefícios, de acordo como que determina o artigo 21, parágrafo único da ON SP/MPS 02/09, no exercício de 2016 totalizaram R\$. 2.457.878,25.

24 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Os gastos administrativos foram limitados a 2% do valor total das remunerações dos servidores ativos, proventos dos inativos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativos ao exercício anterior ao examinado, conforme Portaria MPS nº 183/2006, artigo 2º.

BASE	2012	2013	2014	2015	2016
Remuneração	202.983.052,41	255.948.444,41	297.149.143,43	342.268.190,64	381.763.552,76
Despesas administrativas	1.888.163,96	2.182.292,22	3.298.672,44	3.625.127,68	3.750.469,10
Percentual	0,93%	0,85%	1,11%	1,06%	0,98%

25 - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE

Os valores retidos na fonte, correspondente ao imposto de renda sobre vencimentos, serviços e outros, são recolhidos mensalmente aos cofres do município, atendendo normas da Constituição Federal, artigo 158:

Durante o exercício de 2016 os valores repassados ao Tesouro Municipal atingiram ao montante de R\$- 6.386.183,81, sendo que no exercício de 2015 o valor foi de R\$- 6.253.881,46.

26 - PASEP

O valor do PASEP calculado na forma da legislação vigente, é recolhido mensalmente à Secretaria da Receita Federal, sendo que todos os valores devidos foram recolhidos nos prazos fixados em lei, inexistindo qualquer tipo de pendência.

Durante o exercício de 2016 os valores recolhidos ao PASEP totalizaram R\$. 917.625,02.

MELO & MELO AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 1PR 003364/O-0 S/SP
ALFEU DE MELO
CT CRC 1PR 003992/O-0 S/SP